



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspetoria de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI
Folha nº 2
Processo nº 977/99
Rubrica

PROCESSO Nº 977/99

APENSO Nº 082-007659/98-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação - SE.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

EMENTA: Aposentadoria de JOÃO ALFREDO RODRIGUES DE CAMARGO, matrícula nº 99.227-5, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão 25F, nos termos do artigo 41, inciso III, alínea "c", e § 4º da LODF, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, com as vantagens do art. 3º, da Lei 8.911/94, revogado pelo artigo 1º da Lei nº 1004/96, de acordo com o ato publicado no DODF de 22/09/98.

Diligência preliminar.

Senhora Diretora:

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária com proventos proporcionais de JOÃO ALFREDO RODRIGUES DE CAMARGO, nos termos mencionados na ementa.

2. De início, mister se faz abordar a situação jurídica da FEDF ante a edição do Decreto nº 21.396, de 31 de julho de 2000, que dispôs sobre a extinção da Fundação Educacional do Distrito Federal na forma da Lei nº 2.294, de 21 de janeiro de 1999, pelo qual os servidores aposentados e pensionistas da FEDF passam a integrar o quadro de inativos e pensionistas do Distrito Federal.

3. Destaque-se que, por meio da Portaria nº 525, de 26 de setembro de 2001, e do Decreto nº 23.212, de 06 de setembro de 2002, a fim de racionalizar os procedimentos administrativos, foi promovida a descentralização das atividades relativas às aposentadorias e pensões, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa para a Secretaria de Educação, inclusive com relação aos atos de concessões.

4. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fl. 28 - apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 21 - apenso;
- Abono provisório: fl. 38 - apenso.

5. Cumpre registrar que o servidor requereu sua aposentadoria com base na alínea "c" do inciso III do artigo 41 da LODF, conforme se verifica no documento de fl. 01-apenso.

6. O servidor formulou pedido de aposentadoria, inovando no sentido de que fosse utilizado, *in casu*, o critério da proporcionalidade, haja vista que o tempo de serviço computado para sua aposentadoria foi prestado em regimes diversos,



englobando o de aposentadoria comum, bem como o da aposentadoria especial de magistério; estribando-se, para tanto, em dispositivo previsto no § 3º do artigo 1º da Lei nº 1864/98, *ipsis litteris*:

“Art. 1º É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público prestado aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, incluída a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 1º omissis

§ 2º omissis

§ 3º O tempo de serviço prestado sob o regime de aposentadoria especial será computado da mesma forma quando o servidor ocupar outro cargo de regime idêntico, ou pelo critério da proporcionalidade quando se tratar de regimes diversos.” (grifamos)

7. Aposentadoria com fulcro nesse dispositivo foi considerada ilegal por esta Corte de Contas, quando da apreciação do Processo nº 2530/98, de interesse do Sr. Márcio Baiocchi Fracari, consoante Decisão nº 8882/98, *in verbis*:

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu:

I) considerando a prerrogativa deferida pela Súmula 347, do STF, afastar, por inconstitucional, a aplicação do art. 1º, § 3º, da Lei-DF nº 1864, de 19.01.98, que regulamentou o art. 41, § 8º, da LODF;

II) considerar ilegal o ato de aposentadoria em apreço, por falta de requisito temporal, negando-lhe registro;

III) determinar à FEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF);

IV) autorizar a 4ª ICE a realizar inspeção na FEDF, objetivando trazer ao conhecimento do Tribunal a existência de outras concessões, deferidas com base na legislação impugnada”.

8. A referida decisão foi objeto de pedidos de reexame, impetrados pela FEDF e pelo servidor, conhecidos na Sessão de 11.03.99 (Decisão nº 1130/99), bem como pedido de reexame interposto pelo Sindicato dos Professores – SINPRO/DF nos autos do Processo nº 5282/98 (apenso ao Processo nº 2530/98). Todavia, tais pleitos tiveram provimento negado, segundo Decisão nº 5112/99, publicada no DODF de 06.8.99, mantendo em todos os termos a Decisão recorrida.

9. Todavia, o Tribunal alterou, em parte, seu entendimento sobre a matéria ao proferir a Decisão nº 7848/99, considerando que negará validade aos atos de



concessão fulcrados no artigo 1º, §3º da Lei nº 1864/98, publicados a partir da Emenda Constitucional nº 20/98 (16.12.98) sem olvidar do contido no seu artigo 3º e no artigo 40, §10 da Constituição Federal.

10. Tal entendimento encontra-se consagrado no Enunciado nº 98 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte, *in verbis*:

“Tempo de serviço, contagem ponderada.

- Admite-se a contagem ponderada, até 15.12.98, do tempo de serviço, com base no art. 1º, § 3º, da Lei/DF nº 1864, observado o disposto no art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.”

11. A presente aposentadoria enquadra-se no entendimento supra, esposado pelo Tribunal.

12. Ressalte-se que o ato veio fundamentado no §3º do artigo 1º da Lei nº 1864/98, o que a rigor não é necessário, haja vista o que dispõe o item I da Decisão Normativa TCDF nº 02/93, editada com a finalidade precípua de simplificar os atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

13. A contagem ponderada permitida pelo artigo 1º, §3º da Lei nº 1864/98 refere-se a cálculo de tempo de serviço, devendo ser registrada apenas no Demonstrativo de Tempo de Serviço, elaborado pelo órgão.

14. Na fundamentação legal da concessão deve constar apenas as disposições constitucionais ou da legislação infraconstitucional pertinentes ao direito à aposentadoria, se com proventos integrais ou proporcionais.

15. Exemplificando, pode-se mencionar a não exigência na fundamentação legal do ato concessório do dispositivo que concede contagem em dobro de tempo de serviço prestado ao DF, com base na Lei nº 22/89, bem como do dispositivo que concede o acréscimo de 1/3 para cada período consecutivo ou não de 02 (dois) anos de efetivo exercício prestado pelo militar nas guarnições especiais da Categoria “A”, para fins de aposentadoria e disponibilidade, com fulcro no artigo 1º da Lei nº 7698/88, c/c Decreto nº 50.424/61.

16. Verifica-se que a fundamentação legal constante do ato de fl. 28-apenso encontra-se incorreta, relativamente aos 'décimos' incorporados, devendo ser excluída a expressão "revogado pelo artigo 1º da Lei nº 1004/96, de 11 de janeiro de 1996" e incluído o artigo 7º desse mesmo diploma legal, bem como o artigo 4º da Lei nº 1141/96 e o artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 1864/98, consoante entendimento consagrado na Decisão nº 3395/99, exarada no Processo nº 3871/96, assim como excluir o § 3º do art. 1º da Lei nº 1864/98.

17. No abono provisório de fl. 38-apenso, a parcela de décimos da Lei nº 1.004/96 foi calculada com base no valor da representação mensal de DF-09, quando o correto seria considerar-se o da retribuição do cargo comissionado (representação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI
Folha nº 5
Processo nº 977/99
Rubrica

mensal + vencimento percebido), a teor do item 3.2.1 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96.

18. Verifica-se ainda que o servidor poderá pleitear, para fins de Adicional por Tempo de Serviço, o tempo averbado prestado aos Estados do Paraná (fls. 12-apenso e 14-apenso) e São Paulo (fl. 13-apenso), bem como o tempo prestado ao Ministério do Exército (fl. 6-apenso), vez que foi admitido antes da vigência, no Distrito Federal, da Lei nº 8.112/90 (Processo nº 410/95, Decisão nº 13088/95, S. O. nº 3121, de 31.10.95 e Processo nº 4942/94, Decisão nº 1042/96, S.O. nº 3141, de 29.2.96).

19. Observa-se também que no período de 31/07/90 a 04/09/96 o servidor encontrava-se requisitado junto ao DETRAN (fl. 19-apenso), fazendo-se mister sejam especificadas as funções exercidas nesse órgão, para fins de enquadramento como efetivo exercício do magistério, porquanto esse tempo foi ponderado, conforme se depreende do demonstrativo de fl. 21-apenso.

20. Pelo exposto, sugere-se:

I) determinar que os autos retornem à Secretaria de Estado de Educação, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:

a) retificar o ato de fl. 28-apenso para excluir de sua fundamentação legal a expressão "revogado pelo artigo 1º da Lei nº 1004/96, de 11 de janeiro de 1996" e incluído o artigo 7º desse mesmo diploma legal, bem como o artigo 4º da Lei nº 1141/96 e o artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 1864/98, consoante entendimento consagrado na Decisão nº 3395/99, exarada no Processo nº 3871/96, assim como excluir o § 3º do art. 1º da Lei nº 1864/98;

b) especificar as funções exercidas quando o servidor encontrava-se requisitado junto ao DETRAN (fl. 19-apenso), no período de 31/07/90 a 04/09/96, para fins de enquadramento como efetivo exercício do magistério, uma vez que esse tempo foi ponderado, conforme se depreende do demonstrativo de fl. 21-apenso;

II) alertar a jurisdicionada sobre a possibilidade de o servidor pleitear a incorporação da vantagem prevista no artigo 7º da Lei nº 1004/96 (décimos), pelo cálculo da retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal (item 3.2.1 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96);

III) alertar também a jurisdicionada sobre a possibilidade de o servidor pleitear seja considerado, para fins de Adicional por Tempo de Serviço, o tempo averbado prestado aos Estados do Paraná (fls. 12-apenso e 14-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/2ª DI
Folha nº 6
Processo nº 977/99
Rubrica

apenso) e São Paulo (fl. 13-apenso), bem como o tempo prestado ao Ministério do Exército (fl. 6-apenso), vez que foi admitido antes da vigência, no Distrito Federal, da Lei nº 8.112/90 (Processo nº 410/95, Decisão nº 13088/95, S. O. nº 3121, de 31.10.95 e Processo nº 4942/94, Decisão nº 1042/96, S.O. nº 3141, de 29.2.96).

À consideração superior.

Brasília, 06 de maio de 2003.

Regis Gonçalves Leite
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 486-3